



VOL.7 | N. 14 | JUL/DEZ DE 2021 | ISSN 2359-4489

DIPLOMACIA PATRIMONIAL:
O PATRIMÔNIO CULTURAL
COMO MEDIADOR DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Graças a Deus somos reacionários”: o movimento municipalista brasileiro e as conspirações golpistas pré-1964

“Thanks to God we are reactionary”: the brazilian municipalist movement and pre-1964 golpist conspiracies

Yuri Carvalho¹

Resumo: O presente artigo busca desdobrar análises sobre o movimento municipalista brasileiro, um empreendimento teórico-prático que congregou influentes sujeitos pertencentes às classes dominantes nacionais, os quais articularam-se em variadas campanhas político-ideológicas em meados do século XX – com especial destaque para os arquitetados esforços conspiratórios de desestabilização política que culminaram com o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: ideologia, municipalismo, golpe de 1964.

Abstract: The present article seeks to unfold analyzes on the Brazilian municipal movement, a theoretical-practical enterprise that brought together influential subjects belonging to the national dominant classes, who articulated themselves in various political-ideological campaigns in the mid-20th century - with special emphasis on the conspiratorial efforts of political destabilization that culminated in the 1964 civil-military coup.

Keywords: ideology, municipalism, 1964 coup.

Trajetórias do municipalismo brasileiro (séculos XIX-XX)

As bandeiras municipalistas no Brasil possuem raízes que remontam ao Segundo Reinado, muitas das quais estritamente ligadas ao agrarismo (crença na vocação agroexportadora do país) e à emergência de críticas de pensadores liberais à centralização política do Império (noção que trazia em seu bojo os aspectos germinais das demandas por maior autonomia municipal e provincial). Em tal contexto, surgiram construções intelectuais de relevo, sobretudo aquelas relacionadas a Tavares Bastos (1839-1875), advogado, político,

¹ Mestre em História pela UNIOESTE/PR. Professor Assistente I do Centro Universitário Barão de Mauá. E-mail: yuri.araujo@baraodemaua.br.

jornalista e publicista, autor de “A Província” (1870). Influenciado pela leitura de Alexis de Tocqueville, Bastos defendia o modelo da República Federativa encarnada na jovem nação norte-americana, “propugnava pela descentralização administrativa e política do Império, e pelo rompimento com o modelo monárquico, unitarista e centralizador, de inspiração francesa, adotado no país”.²

Já na República Velha (1889-1930), o amálgama entre agrarismo e municipalismo ganhou contornos mais concretos com o pensamento de Alberto Torres (1865-1917), advogado e político, autor das obras “O problema nacional brasileiro” (1914), “A organização nacional” (1914) e “As fontes da vida no Brasil” (1915), nas quais defendia a natureza essencialmente agrária do país. Para Torres, haveria uma clara distinção entre as construções teóricas, inorgânicas e idealizadas de um país “legal” (urbano, cosmopolita) contrapostas ao país “real” (do mundo rural e da verdadeira brasilidade). Opunha-se às ideias de Tavares Bastos por conta dos anseios federativos do último, uma vez que “a instauração do regime federativo no país representou seu ‘desmembramento’ e a exacerbação do isolamento dos municípios”.³

Além de Torres, destacou-se como um tenaz defensor dos princípios municipalistas Washington Luís (1869-1957), especialmente quando desempenhou as funções de vereador (1896) e chefe da intendência (1897-1900) do município de Batatais, interior de São Paulo. Washington defendia a autonomia municipal e “a promoção de medidas que, além de sanear as rendas do cofre municipal, delegavam boa parte dos empreendimentos públicos à iniciativa privada por meio de concessões e concorrências”.⁴

Por sua vez, o jovem Plínio Salgado (1895-1975) iniciou sua trajetória política enveredando-se pelo municipalismo. Entre 1918 e 1919, participou da fundação do “Partido Municipalista, organizado pelos líderes políticos de 16 cidades do Vale do Paraíba com o intuito de defender os interesses das comunidades desta região”.⁵ Salgado questionava, através do Partido, os desequilíbrios existentes entre os poderes da União, dos Estados e dos Municípios,

² MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 50.

³ Idem, p. 50.

⁴ PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1998, p. 14.

⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 22.

defendendo os preceitos de autonomia municipal. Suas ideias seriam, a posteriori, reconfiguradas a serviço do movimento integralista.⁶

Após 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, o municipalismo atravessou uma fase de paradoxos e incongruências. Com a elaboração da Constituição de 1934, o princípio federalista foi preservado; contudo, os municípios passaram a adquirir alguma autonomia, em contraste à redução do poder dos Estados. Houve a criação de tributos municipais (o art. 13, por exemplo, estabelecia a possibilidade de os municípios arrecadarem divisas provenientes do imposto predial e territorial urbano, taxas de serviços municipais, impostos sobre diversões públicas, entre outros) e os serviços públicos municipais passaram a ser melhor organizados, além de a nova constituição inaugurar o “sistema de partilha”,

pelo qual os estados entregariam aos municípios a metade do imposto arrecadado de indústrias e profissões e o produto do imposto de renda sobre a cédula rural. Dessa forma, introduziu novas franquias às municipalidades, assinalando uma tendência de ampliação do seu papel, ao garantir alguma autonomia, tornando-se menos vulneráveis ao jogo político-eleitoral dos estados e das oligarquias regionais.⁷

Ao lado das noções de autonomia municipal, continuaram em contenda os princípios atrelados à defesa do agrarismo enquanto estandarte municipalista. Os debates ocorridos na década de 1930 polarizavam, de um lado, os críticos da industrialização (compreendida enquanto processo “artificial” e alheio à vocação agrária brasileira), e de outro, os ideólogos da industrialização nacional.

Algumas das considerações mais taxativas a respeito do agrarismo foram desenvolvidas, em tal conjuntura, pelo conservador Oliveira Vianna (1883-1951), historiador, sociólogo e bacharel em Direito. Pensadores como Vianna e Azevedo Amaral (1881-1942) difundiam a concepção segundo a qual o Brasil possuiria como característica negativa a inexistência do espírito de solidariedade e de defesa dos interesses coletivos por parte dos brasileiros, o que trazia como resultado um país pautado pela “ausência de um sentimento nacional, desencontrado de sua própria realidade e influenciado historicamente por modelos exóticos, europeus ou norte-americanos”.⁸

⁶ SALGADO, 1938 apud GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2012, p. 79.

⁷ ARAÚJO, 2005, p. 162 apud MATSUMOTO, Carlos E. H.; FRANCHINI, Matias; MAUAD, Ana C. E. *Município, palco da vida: a história do municipalismo brasileiro*. Brasília: CNM, 2012, p. 54.

⁸ ABREU, Luciano Aronne de. A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar. *Estados americanos: trajetórias em dois séculos*. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2012, p. 177.

A “realidade” brasileira seria encontrada, por sua vez, na “redenção do mundo rural”, no “retorno aos campos”. Segundo Vianna, “o brasileiro, entregue a seus pendores e instintos, é antes de tudo um homem do campo [...]. É este o traço realmente nacional de seu carácter”.⁹ Tal concepção encontrava guarida na noção de que a industrialização e a urbanização representavam “processos artificiais” e danosos ao carácter genuinamente nacional.

Os ideários ruralista-agrарista e municipalista desempenharam contundente influência na criação de órgãos administrativos durante os governos de Vargas, como o INE (Instituto Nacional de Estatística), fundado em 1934 e posteriormente transformado no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1938, além do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), também de 1938. Nestes órgãos, foram gestadas as elites burocráticas formuladoras do municipalismo mais pragmático despontado após a década de 1940.

Em carácter embrionário, ainda nos anos 1930, a chamada “Campanha Municipalista” começou a dar seus primeiros passos justamente a partir de tais instituições. O movimento, sustentado por esforços de conscientização sobre as agruras sofridas pelos pequenos e médios municípios do interior, defendia a valorização do município como esfera pública destacada, bem como a revitalização econômica municipal em prol do progresso das comunas interioranas. Algumas de suas principais lideranças no período foram Teixeira de Freitas (1890-1956) e Rafael Xavier (1894-1982), ambos vinculados ao INE e ao IBGE.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), as incongruências da ideologia municipalista – cujos princípios foram, em parte, adotados por certas diretrizes do novo regime – começaram a se manifestar de maneiras mais taxativas e visíveis:

A adoção da ideologia municipalista no Estado Novo representaria um paradoxo. Por um lado, a Constituição de 1937 e a legislação específica sobre municípios é profundamente centralizadora. A autonomia do município em matéria financeira, por exemplo, foi restringida, como também foi proibido o endividamento externo municipal. Por outro lado, a Constituição elege o município “como órgão constituinte dos poderes”. O Estado Novo apresenta-se como a encarnação do “verdadeiro municipalismo”, o qual, supostamente, transcenderia princípios constitucionais vazios como o de “peculiar interesse local”. Para além do idealismo da Constituição – para parafrasear Oliveira Vianna – e suas disposições estranhas ao “gênio” brasileiro, a vida econômica e política local seriam redimidas. O paradoxo entre o ideário municipalista e a prática centralista dissolve-se quando se incorpora à análise a crítica autoritária – e hegemônica nos anos 30 – ao conceito liberal de representação. Embora o projeto político das elites autoritárias da Era Vargas se caracterize por uma profunda centralização política, administrativa e financeira – e, portanto, contrária ao conceito de autonomia que é subjacente ao municipalismo, ele se baseia numa concepção plebiscitária (Pitkin, 1967) e corporativa de representação política. Nessa concepção,

⁹ VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 19.

o município – matriz básica da sociedade política – está orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central. Sem mediações – de instâncias territoriais ou político-partidárias – que distorçam essa identidade de fins, a articulação entre os dois níveis está assegurada pela centralização, que aproxima e reúne os dois polos.¹⁰

Após o fim do regime varguista, em 1945, o municipalismo reapareceu portando fortes apelos doutrinários, com a consolidação da Campanha Municipalista e a criação da ABM (Associação Brasileira de Municípios), em 1946.¹¹ O surgimento da ABM foi expressivo pelas tentativas de consolidar *lobbys* municipalistas (especialmente a revisão da competência tributária) durante a Constituinte, que iniciava seus trabalhos. O conselho diretor do novo órgão, considerado o braço técnico do municipalismo, “deixava entrever seu caráter oficialista, pois incluía desde representantes do Estado Maior das Forças Armadas até representações corporativistas da indústria e do comércio”.¹² Embora os estatutos da ABM tentassem defini-la como “sociedade civil”, suas relações orgânicas com a máquina política e administrativa do Estado eram nítidas, extrapolando-as em direção à constituição da própria hegemonia burguesa.

O princípio norteador elaborado pelos intelectuais da ABM foi o de consolidar um órgão “colocado acima de interesses políticos ou mesmo de objetivos imediatistas”, e que operasse enquanto “instrumento adequado ao estudo e ao encaminhamento de sugestões e medidas práticas destinadas a revitalizar as células fundamentais da comunidade nacional”.¹³ Todavia, entre os princípios formais e o conteúdo prático desenvolvido pela instituição, podemos observar relevantes contrassensos, ou seja, manifestações que denotavam um projeto classista, “esfumaçado” pela ideologia municipalista:

A ABM foi criada como uma instituição de representação dos interesses do movimento municipalista, de demandas da esfera federal, e não do interesse dos

¹⁰ MELO, Marcus André B. C. de. op. cit., p. 53.

¹¹ Segundo o primeiro estatuto da instituição, aprovado em maio de 1946, compreendiam os objetivos da ABM: Art. 1: A Associação Brasileira de Municípios é uma sociedade civil, de âmbito nacional, destinada ao estudo e à elaboração de soluções para os problemas municipais, operando num regime de estreita articulação e íntima cooperação com as municipalidades e quaisquer entidades federais ou estaduais. Art. 2: São objetivos específicos da Associação Brasileira de Municípios: a) estudar, permanentemente, a organização, o funcionamento, as condições e os métodos de trabalho dos Municípios brasileiros, visando ao seu melhor rendimento; b) promover o maior intercâmbio possível entre os Municípios e com eles colaborar no planejamento, na orientação, na assistência, na técnica e na implantação de quaisquer modificações ou reformas administrativas; c) receber, estudar e difundir sugestões sobre assuntos de administração municipal, promovendo, para tal fim, em colaboração com os órgãos federais e estaduais – por meio de palestras, documentário, congressos, publicações etc. – ampla difusão de ensinamentos sobre os princípios, os problemas e a técnica de administração municipal; d) prestar aos Municípios completa e efetiva assistência; e) Realizar os objetivos de cooperação expostos nos Estatutos da Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal, nas formas recomendadas e ratificadas pelos Congressos Pan-americanos de Municípios e pela VI Conferência Internacional Americana. In: *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, 1949.

¹² MELO, Marcus André B. C. de. op. cit., p. 56.

¹³ *Revista Brasileira dos Municípios*. Rio de Janeiro, v.1, n. 3-4, 1948.

Municípios per se. Em suas instâncias principais fica clara essa orientação: a composição da diretoria da ABM, elencada principalmente por burocratas federais, e os membros dos Congressos Nacionais de Municípios, com senadores, deputados federais e governadores, deputados estaduais e uma gama de outros agentes políticos ou administrativos das outras esferas de governo.¹⁴

A ABM, tendo como primeiro presidente Rafael Xavier, carregou consigo alguns traços marcantes de defesa das cidades interioranas, da autonomia política dos municípios e, principalmente, do agrarismo, como podemos notar no discurso de instalação do órgão, apresentado à Assembleia Constituinte. A fala apontava que os agudos males que atormentavam o país davam-se pela “criação de uma indústria artificial, em sua quase generalidade’ e o desequilíbrio surgido entre esta e a produção agrícola”; além disso, as indústrias, que cresceram e se multiplicaram nas metrópoles, “favoreceram a concentração; as grandes construções; a burocracia, rendosa e fácil; os negócios; as atrações naturais dos grandes centros; e, ainda, com seu cortejo de misérias morais, o jogo”.¹⁵

Com a bandeira municipalista em marcha de difusão, foi criada, em 1948, a APM (Associação Paulista de Municípios)¹⁶, cujas lideranças mais destacadas possuíam contundente penetração política para além do âmbito estadual, como os deputados Cunha Bueno e Aniz Badra. A instituição defendia, enquanto princípios primais, o agrarismo (por meio de medidas “legais” para atender demandas e desígnios privados do setor agrário-exportador nos municípios paulistas), a autonomia municipal (facilitação para direcionamento de recursos às comunas), o desenvolvimento de uma “apurada consciência municipalista” (disputa

¹⁴ MATSUMOTO, Carlos E. H. et al. op. cit., p. 86.

¹⁵ XAVIER, 1946 apud MELO, Marcus André B. C. de. op. cit., p. 54.

¹⁶ O programa sustentado pela APM era composto pelos seguintes itens: 1º: Defender intransigentemente a autonomia municipal. 2º: Estudar, permanentemente, a organização, o funcionamento e as condições e métodos de trabalhos dos Municípios. 3º: Receber e difundir sugestões sobre assuntos municipais em colaboração com interessados, estudiosos, entidades públicas e privadas e órgãos governamentais, através de debates, palestras, conferências, monografias e teses. 4º: Procurar, mediante inquéritos, soluções técnicas para os problemas municipais de higiene, viação, instrução, condução, produção, abastecimento, etc. 5º: Contribuir ativamente para criar e desenvolver uma apurada consciência municipalista. 6º: Zelar pelo fiel e efetivo cumprimento do Artigo 153 da Constituição do Estado, que manda assegurar, aos trabalhadores agrícolas, assistência técnica, educacional, odontológica, farmacêutica e hospitalar. 7º: Apoiar toda iniciativa no sentido de que as autoridades e funcionários públicos municipais, estaduais e federais residam obrigatoriamente nos Municípios de localização de suas sedes de trabalhos. 8º: Combater, por todas as formas, a criação de novos impostos e o aumento dos atualmente existentes, que oneram a lavoura em geral. 9º: Pleitear junto ao Governo Federal a isenção de impostos sobre a importação de maquinarias destinadas à mecanização e defesa da lavoura e construção e conservação de rodovias municipais. 10º: Defender, através de seus representantes nos parlamentos, as imunidades e outras vantagens e regalias consignadas em leis aos Vereadores e Prefeitos. 11º: Combater pela real aplicação das disposições das Constituições Federal e Estadual, referentes aos Municípios, nomeadamente no que diz respeito com a exata execução da atual distribuição de rendas entre a União, o Estado e os Municípios. 12º: Manter permanentemente, na Capital, uma sede, em ponto central, a fim de facilitar e estimular palestras e reuniões de Prefeitos, Vereadores, autoridades e demais pessoas do interior, bem como para lhes facultar um contato mais fácil com as repartições públicas. In: *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, v.1, n. 3-4, 1948, p. 397.

hegemônica que objetivava “fabricar” consensos pelo alto, por meio de princípios pedagógicos de “educar para”), o combate à criação e/ou aumento de impostos, a criação de “canais” de comunicação para facilitar as negociações entre municipalistas e governo estadual, entre outros.

Com o golpe civil-militar de 1964 e a mudança de regime, o movimento municipalista (inclusive com parte expressiva de suas lideranças prestando apoio público e logístico à conspiração anti-janguista, como ainda veremos) perdeu parte de seu fôlego, tendo sido a ABM “restringida em sua atuação política, inclusive com uma de suas diretorias cassada no começo de regime militar, e, daí em diante, limita sua atuação, contando, paradoxalmente, com recursos do próprio governo militar”, posto que a estratégia do novo governo foi “cooptar os municípios de forma que os entes locais representem o sustentáculo político do regime, enquanto se enfraquece a figura dos governadores”.¹⁷

A ideologia municipalista

Para o cientista político Marcus de Melo, a ideologia municipalista pode ser considerada uma das construções discursivo-programáticas mais antigas e flexíveis da cultura política nacional. Tal flexibilidade estaria associada à ambiguidade do próprio conceito, o que faria com que o municipalismo pudesse ser “apropriado de formas múltiplas, [...] [adquirindo] o status de ‘leito de Procusto’ dessa cultura política: uma ideologia perene e consensual que não encontra opositores no campo político”.¹⁸ Tais assertivas seriam corroboradas pelas readequações, fissuras e ramificações sofridas pelas campanhas municipalistas nacionais durante o século XX:

O municipalismo, através da história brasileira, informou ideológica e programaticamente projetos fundamentais associados à modernização do país. De uma crítica à centralização política e à ausência de participação e representação, ele se associou à crítica autoritário-modernizante de cunho agrarista ao sistema sócio político da República Velha que, no Estado Novo, enxergou no município o espaço plebiscitário e pré-político por excelência. Atingido o auge mobilizatório de sua trajetória durante a redemocratização do país na década de 40, o municipalismo se fissura em uma vertente política representada pela criação da ABM e uma vertente tecnocrática associada ao IBAM.¹⁹ Na primeira dessas vertentes o municipalismo perde seu caráter militante e se transforma numa frente nacional de políticos

¹⁷ MATSUMOTO, Carlos E. H. et al. op. cit., p. 98-99.

¹⁸ MELO, Marcus André B. C. de. op. cit., p. 53.

¹⁹ Em 1952, foi criado o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), entidade sem fins lucrativos, sem (aparentes) vínculos com o governo e sem (visíveis) filiações de natureza político-partidária. Sua gênese constituiu significativo empreendimento para “consolidar o municipalismo em sua vertente técnica engajada na modernização dos governos municipais e da gestão urbana, sem perder de vista a necessidade de fortalecer politicamente o elo frágil do federalismo brasileiro”. In: PIRES, Valdemir. *Municipalismo no Brasil: origens, avanços pós-1988 e desafios atuais*. *Cadernos Adenauer*, XVII, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016, p. 128.

provincianos. Na segunda, o municipalismo perde seu caráter redentor e ruralista e adquire um caráter urbano-metropolitano.²⁰

A corrente municipalista vinculada à ABM e à APM transformou-se em uma espécie de associação brasileira de políticos profissionais, especialmente ao longo das décadas de 1950 e 1960, quando passa a perder “gradativamente seu caráter reformista e se transforma no que se poderia denominar ‘partido político dos políticos’”.²¹

Para o economista Valdemir Pires, o municipalismo brasileiro deve ser compreendido em torno de suas múltiplas ramificações, como “o discurso, as reivindicações, a articulação e a ação políticas de cunho local, ou referenciadas no nível inferior da estrutura federativa, com vistas ao empoderamento dos governos municipais e à destinação de recursos a eles”.²²

Carlos Matsumoto, Matias Franquini e Ana Carolina Mauad, todos vinculados à área de relações internacionais, encaram o municipalismo como uma forma de organização ou desenho político-institucional que tende a “conceber a esfera local como a mais eficiente para dar solução a uma série de problemas da vida em comunidade e que, para esse objetivo, demanda uma esfera política autônoma de ação, incluindo recursos fiscais e administrativos”.²³ Baseando-se nas concepções desenvolvidas por Michael Hebbert, os referidos autores mostram-nos que o municipalismo, como conceito, reflete

uma reação contra a crescente centralização econômica, cultural e social dos nacionalismos do Estado moderno. Nesse sentido, é um fenômeno similar ao regionalismo, só que no âmbito das comunas, mas os dois representam um projeto de modernização dentro de um marco territorial subnacional. Assim, o conceito de municipalismo está associado à ideia de *self-government* (ou autonomia). Cabe ressaltar, no entanto, que é possível qualificar diferentes tipos de movimento municipalista, dependendo do tipo de municipalismo que reivindica, de novo, limitado e pleno e suas categorias intermediárias.²⁴

O municipalismo desenvolvido ao longo das décadas de 1940 a 1960 era apresentado ao público geral (leitores e eleitores) como um instrumento de emancipação econômica e de afirmação política das urbes interioranas, ou seja, um esforço que coadunaria os anseios de uma (pretensamente) genérica e homogênea população (solapando, pois, as contradições e as lutas de classe). Era, em realidade, um projeto classista consubstanciado por princípios (em geral, implícitos) que compreendiam o “local” como a zona privilegiada para a atuação burguesa na

²⁰ MELO, Marcus André B. C. de. op. cit., p. 61.

²¹ Ibid., p. 57.

²² PIRES, Valdemir. op. cit., p. 126.

²³ MATSUMOTO, Carlos E. H. et al. op. cit., p. 32.

²⁴ Ibid., p. 32-33.

busca pelo consenso dos subalternos e na implementação de diretrizes políticas, econômicas, sociais e culturais que incidiam, majoritariamente, sobre a matriz tributária brasileira, amplamente contemplada pelos intelectuais orgânicos do municipalismo.²⁵ A matriz tributária brasileira pode ser compreendida como o

[...] conjunto de opções que refletem a estrutura da própria comunidade política e ajudam a moldá-la como tal. Esta expressão representa as escolhas feitas em um determinado momento histórico no campo da ação social, no que diz respeito ao fenômeno tributário. Incorpora, portanto, a noção de matriz tributária não só o conjunto de normas jurídicas regulando as relações entre o ente tributante e o contribuinte, não só a escolha feita das bases de incidência (renda, patrimônio e consumo) e sua conseqüente participação no total da arrecadação; não só as questões dogmáticas pertinentes à obrigação tributária; não só as opções que se faz no plano político de atendimento de determinados direitos fundamentais; não só a estrutura do Estado a partir das suas condições materiais de existência, no caso, das condições de financiamento do Estado ofertadas pela arrecadação de tributos. O fenômeno tributário passa a ser interpretado, portanto, como fruto de um labor coletivo e inserido em um contexto complexo, no qual diversos aspectos sociais, políticos e econômicos auxiliam em sua formação, bem como são por tal fenômeno influenciados.²⁶

Os municipalistas, congregados em torno de suas associações (como a APM e a ABM), formularam expressivo volume de análises (geralmente, em textos jornalísticos ou em sua publicação própria, a “Revista Brasileira dos Municípios”), solicitações (protocoladas durante a realização de congressos municipalistas) e pressões (por intermédio da atuação parlamentar) para que as premissas que regulavam a matriz tributária brasileira fossem alteradas em prol de uma benfeitoria e explícita “autonomia municipal” (nas entrelinhas, leia-se “maior participação orçamentária”), o que, conseqüentemente, resultaria em alterações favoráveis aos mais variados poderes político-econômicos locais.

Lideranças municipalistas (décadas de 1950-60)

Desvelaremos, doravante, os perfis dos principais municipalistas que organizaram e/ou participaram do movimento em questão. Conquanto saibamos que alguns municipalistas desempenhavam funções simultâneas na ABM (Associação Brasileira de Municípios), na APM

²⁵ Para Gramsci, cada grupo social, responsável por desempenhar uma função essencial na esfera da produção econômica, cria para si, organicamente, camadas de intelectuais “que lhe dão homogeneidade e consciência da sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”, sendo necessário, para delimitar um critério unitário que caracterize as especificidades das atividades intelectuais, extrapolar aquilo que seria meramente intrínseco às suas funções, e buscá-lo “no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais”. In: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 3-7.

²⁶ D’ARAÚJO, Pedro Júlio Sales. *A regressividade da matriz tributária brasileira*: debatendo a tributação a partir de nossa realidade econômica, política e social. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2015, p. 18.

(Associação Paulista de Municípios) e na Câmara dos Deputados, estabelecemos tal separação por critérios meramente analíticos, a fim de aclararmos a estruturação da atuação dos congressistas e deputados. Analisaremos os perfis, os vínculos e as atuações de destacados municipalistas ao longo das décadas de 1940, 1950 e (principalmente) 1960, articulados a instituições e grupos como a ABM, a APM, o grupo parlamentar municipalista, etc.

Almejamos analisar algumas das principais características do movimento municipalista brasileiro a partir de suas lideranças orgânicas, as quais detinham posições de classe intimamente ligadas aos interesses dominantes (políticos, econômicos, sociais, etc.) e facilidades de atuação junto aos mais variados aparelhos privados de hegemonia.²⁷

Para mapear as principais lideranças políticas municipalistas, utilizamos informações contidas na biografia do deputado Cunha Bueno²⁸, no artigo “Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais”, do senador Jarbas Maranhão²⁹, além de promovermos um cruzamento de dados que aglutinou as participações dos parlamentares em congressos promovidos pela ABM e pela APM, além dos apoios fornecidos aos principais projetos de lei/emenda constitucional levados a cabo por reconhecidos municipalistas, a partir dos quais tornou-se possível elencar os parlamentares que figuraram, por mais vezes, como próximos aos projetos de cunho municipalista.³⁰

²⁷ Para Gramsci, os chamados “aparelhos privados de hegemonia” desempenham relevantíssimo papel nas disputas e lutas pela hegemonia. De tal modo, “a luta de hegemonias não é apenas luta entre ‘concepções de mundo’ [...], ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as”. O conjunto de tais aparelhos congrega igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos, imprensa, etc., cuja função é “articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes. Esse conjunto de organismos, entretanto, não é socialmente indiferenciado”. In: BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 179.

²⁸ CARNEIRO, Glauco. *Cunha Bueno: história de um político*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

²⁹ MARANHÃO, Jarbas. Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais. *Revista do Serviço Público*, v. 88, n. 3, 1960.

³⁰ O cruzamento dos dados permite-nos considerar como componentes orgânicos do núcleo municipalista no Congresso Nacional os deputados: **Lourival Batista** (médico, vinculado à UDN, foi deputado federal por Sergipe entre 1959-67; após a extinção dos partidos brasileiros e a instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se à ARENA, partido pelo qual elegeu-se governador [1967-70] e senador [1971-1995] por Sergipe), **Nelson Omegna** (jornalista, advogado e professor, eleito deputado federal em 1951 [pelo PTN] e em 1955 [pelo PTB] por São Paulo; assumiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1955-56, antes de ser, novamente, eleito deputado federal [pelo PTB] entre 1956-63; após deixar a Câmara, assumiu a direção da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, entre 1963-71), **Medeiros Neto** (religioso, filiado ao PSD/ARENA; foi deputado federal por Alagoas entre 1946-71), **Padre Nobre** (religioso e advogado, vinculado ao PTB/MDB por Minas Gerais; eleito deputado federal entre 1961-79; foi, também, reitor e vice-reitor da Universidade Católica de Minas Gerais e fundador-diretor do Ginásio e Escola de Comércio de Itaúna), **Padre Godinho** (religioso e professor universitário, filiado à UDN/ARENA por São Paulo e eleito deputado federal entre 1963-69; nos anos 1960, foi apoiado pela ALEF [Aliança Eleitoral pela Família] para compor a oposição ao presidente João Goulart; nos anos 1970, tornou-se diretor do Museu de Arte Sacra de São Paulo, além de ter lecionado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (SP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), **Yukishigue Tamura** (advogado e jornalista, filiado ao PSD/ARENA por São Paulo; foi eleito deputado federal entre 1955-69; diplomado pela ESG

Com raras exceções de membros filiados ao PDC, PSP, PRP e PL, a maioria dos municipalistas vinculava-se aos seguintes partidos: majoritariamente, ao PSD, seguido pela UDN e, por fim, ao PTB. Após a promulgação do AI-2 (Ato Institucional nº 2), em 27 de outubro de 1965, a dissolução dos partidos existentes e a reorganização política em torno do bipartidarismo obrigaram os municipalistas a optarem pela ARENA (para onde a grande maioria se dirigiu) e pelo MDB (que abrigou um número menor de municipalistas).

Quanto aos lugares de classe³¹ dos municipalistas, observamos, essencialmente, que, a despeito de haver um claro predomínio de sujeitos ligados a formações bacharelescas

[Escola Superior de Guerra], foi também um dos idealizadores das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais [Usiminas], construídas na região de Ipatinga em 1962), **Manuel de Almeida** (militar e proprietário rural, vinculado ao PSD/ARENA por Minas Gerais; eleito deputado federal entre 1959-79; assumiu, após 1979, a direção administrativa da Comissão de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares (Carpe), vinculada ao governo mineiro), **Geraldo Freire** (advogado, pecuarista e jornalista, filiado à UDN/ARENA por Minas Gerais; eleito deputado federal entre 1961-1979, foi apoiado pela ADP [Ação Democrática Popular] para endurecer a oposição contra Goulart, além de ter sido nomeado diretor jurídico e integrante do conselho administrativo das Centrais Elétricas de Minas Gerais, entre 1982 e 1986), **Océlio de Medeiros** (advogado e professor, vinculado ao PSD pelo Pará; foi eleito deputado federal entre 1959-63; apoiava as reformas de base nos anos 1960, desde que implementadas “antes que o povo as fizesse”; tornou-se, ainda, consultor jurídico e procurador da Prefeitura do Distrito Federal e professor de direito fiscal da Academia de Polícia em Brasília), **Coutinho Cavalcanti** (médico, filiado ao PTB por São Paulo e eleito deputado federal entre 1951-55 e 1959-63; falecido em 1960, foi aluno da ESG e diretor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de São Paulo), **Estácio Gonçalves Souto Maior** (médico, agricultor e empresário vinculado ao ramo de frigoríficos, filiado ao PTB/ARENA por Pernambuco; foi eleito deputado federal entre 1955-61 e 1962-69), **Andrade Lima Filho** (advogado, jornalista e professor, filiado ao PSD-PTB/MDB por Pernambuco; eleito deputado federal entre 1959-67, atuou, também, como advogado da Caixa Econômica de Pernambuco), **Paulo Freire** (religioso e professor, vinculado ao PTB/ARENA por Minas Gerais; deputado federal entre 1956-58 e 1959-69; posteriormente, atuou como pastor presbiteriano), **Castro Costa** (advogado e jornalista, filiado ao PSD/MDB por Goiás; deputado federal entre 1959-67), **Abraão Moura** (proprietário rural, filiado ao PSP/MDB por Alagoas; deputado federal entre 1959-66), **Ozanan Coelho** (advogado, filiado ao PSD/ARENA por Minas Gerais; deputado federal entre 1959-75/1983-84, tornou-se, também, governador de Minas Gerais entre 1978-79; foi um dos apoiadores do golpe civil-militar de 1964), **Ítório Correa da Costa** (engenheiro civil e proprietário rural, vinculado à UDN/ARENA por Mato Grosso; deputado federal entre 1935-37 e 1955-67; foi, ainda, membro do Conselho Consultivo do Estado de Mato Grosso e diretor da Comissão de Estradas de Rodagem de Mato Grosso), **Clidenor Freitas** (médico, filiado ao PTB-PSD pelo Piauí; deputado federal entre 1959-63), **Aroldo Carvalho** (advogado e jornalista, filiado à UDN/ARENA por Santa Catarina; deputado federal entre 1959-75; tornou-se, também, Secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina e ministro do Tribunal de Contas desse estado, exercendo, ainda, a vice-liderança do Bloco Parlamentar Renovador e da Arena na Câmara dos Deputados), **Pedro Aleixo** (advogado, vinculado à UDN/ARENA por Minas Gerais; deputado federal entre 1935-37/1959-67; assumiu, durante a ditadura civil-militar, o Ministério da Educação [1966] e a vice-presidência de Castelo Branco [1967-69]), **Dix-Huit Rosado** (médico, proprietário rural e industrial, vinculado à UDN-PTB/ARENA pelo Rio Grande do Norte; deputado federal entre 1951-59 e senador entre 1959-66; posteriormente, tornou-se presidente do INDA [Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário]), **Oswaldo Zanello** (ex-integralista, cafeicultor, filiado ao PRP/ARENA; eleito deputado federal pelo Espírito Santo entre 1959-79; foi, ainda, presidente do conselho diretor da Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo e do Instituto do Bem-Estar Social de seu estado, além de membro do Conselho Rodoviário e Florestal e da junta administrativa do Instituto Brasileiro do Café), **Aniz Badra** (professor, advogado e proprietário rural; deputado federal por São Paulo entre 1959-1971, por PDC/ARENA; apoiado pela ALEF), além de **Cunha Bueno**, **Último de Carvalho** e **Abel Rafael**, sobre os quais ainda discorreremos pormenorizadamente. Dados disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico>. Acesso em: 22 nov. 2020.

³¹ Compreendemos o “lugar de classe” conforme o pensamento de Nicos Poulantzas, segundo o qual “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no

vinculadas ao campo do Direito (aspecto quantitativo), os profissionais da saúde, religiosos, engenheiros, professores, latifundiários e empresários também atuaram com real e contundente peso na correlação de forças inerente ao movimento (aspecto qualitativo), ou seja, ainda que representados em menor número, os sujeitos ligados ao latifúndio, ao empresariado urbano-industrial e às práticas religiosas compuseram as fileiras mais combativas do esforço municipalista.

Para além dos desígnios político-partidários e econômicos imediatos, um número expressivo de municipalistas também estabeleceu vínculos com o complexo conspiratório do IPES/IBAD, responsável por desestabilizar o governo nacional-reformista de João Goulart e suas bases sociais de sustentação. O complexo IPES/IBAD representava a maturação da fase política dos interesses empresariais, levados a cabo por uma elite de tecno-empresários, empresários e militares, composta por intelectuais orgânicos, denominados por Dreifuss como “elite orgânica do bloco econômico multinacional e associado”.³²

O IBAD foi criado no final da década de 1950, instituído “com o alegado e ambíguo propósito de ‘defender a democracia’, sendo seus fundadores ostensivos Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Faria Barros e Aloísio Hanner”, apoiados por membros do CONCLAP (Conselho Superior das Classes Produtoras), *American Chambers of Commerce*, da ESG, além de proeminentes figuras das associações de classe paulistas e cariocas.³³ As facetas ocultas do IBAD, no entanto, encobriam uma ampla gama de atividades voltadas à desestabilização da ordem instituída e à busca pelo amplo consenso social em torno de seus projetos:

Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias. O IBAD sincronizou suas atividades às de organizações paramilitares como o MAC – Movimento Anticomunista, o Movimento Democrático Brasileiro (não confundi-lo com o partido político, homônimo criado em

processo de produção, isto é, na esfera econômica”. As classes sociais, portanto, não se limitam somente ao critério econômico, mas também aos critérios políticos e ideológicos, imersos em um movimento de contradições e lutas. Nesse sentido, “a determinação das classes, abrangendo práticas – luta – das classes e se estendendo às relações políticas e ideológicas, designa os lugares objetivos ocupados pelos agentes na divisão social do trabalho: lugares que são independentes da vontade desses agentes”. In: POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 14-16.

³² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

³³ *Ibid.*, p. 102.

1966), a OPAC – Organização Paranaense Anticomunista, e a CLMD – Cruzada Libertadora Militar Democrática, com os quais o IBAD compartilhava pessoal, técnicas e recursos. O IBAD ligou-se também à organização católica Centro Dom Vital, da qual Gustavo Corção, intelectual católico de extrema-direita, era líder importante e proporcionou uma ligação significativa com a organização tecno-clerical de direita Opus Dei. De acordo com José Arthur Rios, um dos intelectuais do IBAD, esse último não agia isoladamente, mas sim como uma frente da qual participavam a ADP – Ação Democrática Parlamentar (dirigida pelo proprietário rural e deputado udenista baiano João Mendes) e o IDB – Instituto Democrático Brasileiro, presidido pelo deputado do PDC Gladstone Chaves de Mello.³⁴

O IPES, formado por uma ampla rede de militantes grupos de ação unificados em torno do anticomunismo, de projetos para readequação e reformulação do Estado brasileiro e das relações econômicas multinacionais e associadas, foi fundado em 29 de novembro de 1961, e rapidamente se expandiu para as regiões de Santos, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e outros centros. O IPES proclamava-se “contra a radicalização da política brasileira entre esquerda e direita”, mas logo começou a “colher dados sobre a pretensa infiltração comunista no governo de Goulart e distribuí-los, clandestinamente, entre oficiais que ocupavam postos de comando, através de todo o território nacional”.³⁵

Tratava-se, pois, de uma entidade pretensamente científica, vinculada à ESG, cujas influências estenderam-se também aos grandes jornais e outros órgãos de divulgação, sustentadas “não apenas pelas verbas que espalhava, diretamente, como pelo interesse das agências de publicidade, manipuladoras das contas das grandes empresas estrangeiras. Estas contribuíram com grandes somas para a atuação do IPES”.³⁶ De acordo com Ruy Mauro Marini, a preocupação do IPES com a opinião pública “era evidente e a propaganda política anticomunista era tratada como bandeira para a defesa dos ideais da livre empresa. A ‘liberdade’ a ser alcançada era buscada no modelo norte-americano de democracia”.³⁷

Enquanto o IBAD funcionava como uma espécie de “unidade tática”, expondo-se mais ao conhecimento público, o IPES agia como “centro estratégico”, ambos sob as ordens da elite orgânica empresarial multinacional e associada, cujo complexo foi responsável por organizar operações de penetração e desmobilização em movimentos operários, estudantis e camponeses, e também por estabelecer uma categórica presença política no Congresso Nacional, a partir da qual “coordenou esforços de todas as facções de centro-direita em oposição ao governo e à

³⁴ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 102-103.

³⁵ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001, p. 82.

³⁶ Idem, p. 82.

³⁷ MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª ed. Florianópolis/SC: Insular, 2014, p. 57.

esquerda trabalhista. A elite orgânica também estabeleceu o que pode ser considerado como efetivo controle da mídia audiovisual e da imprensa de todo o país”.³⁸

Dentro do amplo leque de meios utilizados para pressionar o sistema político brasileiro, o complexo valeu-se, no Congresso, da ADP. Em síntese, a ADP era composta por um bloco multipartidário “de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede, em todo o país, de grupos de Ação Democrática Popular (ADEP)”.³⁹ O apoio político-financeiro fornecido pelo complexo IPES/IBAD aos parlamentares brasileiros determinava, como contrapartida, que os deputados deveriam se posicionar contrariamente às reformas de base preconizadas pelo Executivo de João Goulart.

No Congresso, os membros da ADP (em número aproximado de 200 deputados em 1962), orientados pelo complexo IPES/IBAD, apresentavam anteprojetos de lei, requerimentos e emendas previamente preparados pela elite orgânica, consoantes aos seus desígnios. Também teciam críticas e articulavam votações contrárias aos projetos governistas do bloco nacional-reformista. A ADP, com isso, forçava o Executivo janguista a utilizar decretos presidenciais, “esgotando-o nas longas batalhas processuais e criando uma atmosfera de impasse no Congresso; além disso, criava-se um clima de ingovernabilidade geral, o que estimulava a busca e legitimação de soluções extraconstitucionais, para a pendente crise do regime”.⁴⁰

A maioria dos deputados identificados como municipalistas possuía vínculos com o complexo IPES/IBAD, enquanto pertencentes aos quadros da ADP, votantes favoráveis aos projetos da elite orgânica e/ou receptores de recursos utilizados em campanhas eleitorais, conforme identificações presentes na exaustiva pesquisa elaborada por Dreifuss e informações existentes no processo de CPI instaurado contra o IBAD em 1963.⁴¹ Eram eles: Lourival Batista (UDN), Medeiros Neto (PSD), Padre Nobre (PTB), Padre Godinho (UDN), Yukishigue Tamura (PSD), Manuel de Almeida (PSD), Geraldo Freire (UDN), Océlio de Medeiros (PSD), Castro Costa (PSD), Ozanan Coelho (PSD), Ítório Correa da Costa (UDN), Aroldo Carvalho (UDN), Pedro Aleixo (UDN), Aniz Badra (PDC), Cunha Bueno (PSD), Último de Carvalho (PSD), Abel Rafael (PRP) e Oswaldo Zanello (PRP), tornando, de acordo com Dreifuss, a ABM

³⁸ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 164.

³⁹ Ibid., p. 320-321.

⁴⁰ Ibid., p. 321-322.

⁴¹ *Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – IBAD e IPES*. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>. Acesso em: 29 nov. 2019.

(embora possamos incluir, também, a APM) uma “linha auxiliar do IPES”.⁴² Doravante, concentraremos esforços para compreender, de maneira mais detida, as atuações parlamentares dos municipalistas Cunha Bueno, Último de Carvalho e Abel Rafael (destacados pela relevância junto ao movimento e pela retórica reacionária).

Municipalistas, conspirações e o golpe civil-militar de 1964

Cunha Bueno foi um rico proprietário de terras e industrial. Nascido em São Paulo em 1918, bacharelou-se como advogado em 1941 e passou a desempenhar a função de oficial de gabinete do interventor de São Paulo, Fernando Costa. Exerceu, também, a função de procurador do Estado de São Paulo de 1942 a 1947.

A partir de então, aventurou-se pela política: pelo PSD, foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte de São Paulo em 1947; elegeu-se deputado federal em 1950, também pelo PSD; candidatou-se ao cargo de vice-governador de São Paulo em 1954, junto à chapa de Francisco Prestes Maia (PSD-PR-PDC-PST-PRT), perdendo as eleições para a chapa de Jânio Quadros (PSB-PTN). Após concluir seu mandato parlamentar em 1955, Cunha Bueno foi convidado pelo novo governador para assumir a Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, cargo que ocupou durante o ano de 1955.

Cunha Bueno compreendia o municipalismo como a independência “assegurada quando dispõe a comuna de recursos próprios que preservem sua autonomia diante dos governos federal e estadual [...]. Essa autonomia é a melhor forma de evitar o centralismo e até o comunismo”. Também pregava ser a livre iniciativa “a liberdade individual transformada em empresa, e, portanto, também uma inimiga fidalga do estatismo e da coletivização”.⁴³

Reeleito deputado federal para mais dois mandatos (1958 e 1962), novamente pelo PSD, Cunha Bueno foi um dos principais articuladores da oposição ao presidente João Goulart e às reformas de base preconizadas pelo governo. Enquanto entusiasta do “liberalismo” e da “meritocracia”, acreditava que as lutas de classes seriam inadmissíveis no seio da nação brasileira, que esteve sempre voltada, na visão do parlamentar, para a “solidariedade humana”, ou seja, uma nação “que abominou sempre a violência e jamais permitiu discriminações de raça, credo ou condições sociais, pois todos sempre puderam ascender dos planos mais humildes, políticos ou econômicos, às posições mais preeminentes da coletividade nacional”.⁴⁴ O

⁴² DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 297.

⁴³ CARNEIRO, Glauco. op. cit., p. 77.

⁴⁴ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 18 de abril de 1963, p. 9.

deputado foi, também, um dos principais organizadores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Em 13 de março de 1964, diante de uma multidão de aproximadamente 200 mil pessoas, arregimentadas por sindicatos e outras organizações, ocorreu o Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no qual o presidente João Goulart, acompanhado por Miguel Arraes e Leonel Brizola, proclamou a necessidade de mudanças constitucionais que facilitassem a implementação das seguintes reformas de base: reforma agrária, com emenda constitucional que previsse indenizações prévias e em dinheiro; reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré; reforma universitária, que assegurava plena liberdade de ensino; e realização de plebiscitos para consulta da vontade popular acerca das reformas propostas.⁴⁵

Tão logo, instituições e organizações alinhadas aos desígnios dominantes, tais como a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), a CEC (Campanha de Educação Cívica), o CED (Conselho de Entidades Democráticas), a ACM (Associação Cristã de Moços), a FACUR (Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural), entre outras, integraram seus esforços ao complexo IPES/IBAD para a coordenação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964 – dia de São José, padroeiro da família.

A marcha, responsável por aglutinar cerca de 500 mil pessoas pelas ruas de São Paulo, protestando contra o comício de Goulart proferido na Central, foi organizada por Conceição da Costa Neves (deputada estadual), José Carlos Pereira de Souza (alto funcionário da Confederação Nacional do Comércio), irmã Ana de Lourdes (religiosa) e Oscar Thompson Filho (Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo), além do deputado Cunha Bueno.⁴⁶

Poucos dias após o evento, Cunha Bueno expressou em plenário seu entusiasmo pela mobilização ocorrida na capital paulista:

Sr. Presidente, continua ecoando em todos os quadrantes do País a extraordinária demonstração de civismo, oferecida na semana passada por 500 mil brasileiros que vieram à praça pública trazer a mensagem de repúdio do povo paulista às tentativas de comunização de nossa Pátria, tentativas que infelizmente, ao invés de serem energeticamente repelidas pelo poder público, têm contado com a colaboração e o prestígio de inúmeros setores governamentais. A “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, convocada pelas entidades que congregam as mulheres de São Paulo, foi sem dúvida uma demonstração inequívoca de fé. O meio milhão de almas que saiu às ruas, espontaneamente, para acompanhar, disciplinadamente aquela festa cívica não tinha em mente qualquer preocupação de ofender os poderes constituídos. Muito pelo contrário, Senhor Presidente. A “Marcha da família com Deus pela Liberdade”

⁴⁵ BANDEIRA, Moniz. op. cit., p. 163.

⁴⁶ DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 297-298.

constitui, na realidade, um movimento de paz, um apelo para que os homens mais responsáveis pelos destinos do País aproveitem este episódio, esta oportunidade que talvez seja a última antes que o País se desgrace com a deflagração de uma guerra civil. [...] Acreditamos, Sr. Presidente, que a Presidência da República deve estar profundamente chocada com essa manifestação de fé nos destinos do Brasil. Fazendo aqui um paralelo com a concentração do dia 13, realizada no Rio de Janeiro, com a presença do Chefe da Nação e o apoio dos Ministérios Militares, com as facilidades do transporte abundante oferecido pelos cofres públicos e com a extraordinária publicidade, além de uma poderosa cadeia de televisão, aqueles que prepararam com tanto cuidado o comício do dia 13 devem estar surpresos com as brasileiras de São Paulo que, ao invés de usar tanques de guerra, preferiram arrimar seu movimento de afirmação democrática na força moral dos rosários.⁴⁷

Com a instauração do bipartidarismo no Brasil, em 1965, filiou-se à ARENA, legenda pela qual conseguiu se reeleger deputado federal – embora não tenha concluído o mandato por ter sido cassado pelo AI-5, em 1968. Cunha Bueno possuía uma extensa lista de vínculos político-empresariais: considerado um dos pioneiros da implantação das indústrias automobilística e aeronáutica no Brasil, assumiu cargos diretivos no Banco Comercial do Paraná (seções existentes no estado de São Paulo), na Willys-Overland do Brasil, no departamento do interior da Deltec e da Hoffmann PanCostura Máquinas, vice-presidência da Companhia Mercantil de São Paulo, sócio da empresa Marques, Pacini e Cia – Encanamentos e Ferrugens, presidência da Panambra Industrial e Técnica, direção da Johnson & Higgins Corretores Associados de Seguros, consultoria jurídica das empresas Ibrica, Caterpillar do Brasil e Importadora Los Andes, além de ter sido procurador da Fazenda do estado de São Paulo e diplomado pela Legião Anticomunista Brasileira.⁴⁸

Último de Carvalho foi um engenheiro agrônomo, tabelião e médico veterinário a serviço da Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte. Nascido em Juiz de Fora em 1899, formou-se pela Escola de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte, em 1922. Em 1931, foi nomeado tabelião nas cidades de Rio Novo e Rio Pomba (MG), onde iniciou sua trajetória política. Foi eleito vereador para a Câmara Municipal de Rio Pomba em 1936, pela UDB (União Democrática Brasileira), tendo seu mandato sido interrompido pelo advento do Estado Novo, em 1937.

Retomou suas atividades políticas em 1947, quando obteve a segunda suplência para a Assembleia Constituinte mineira, concorrendo pelo PSD. Pela mesma sigla, foi eleito deputado estadual por Minas Gerais, em 1950, e deputado federal nas eleições de 1954. Ao iniciar suas

⁴⁷ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 23 de março de 1964, p. 581.

⁴⁸ FGV/CPDOC. *BUENO, Cunha (Antônio Sílvio)*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-silvio-cunha-bueno>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

atividades legislativas em 1955, Último de Carvalho debruçou-se sobre os debates ligados às questões agrárias brasileiras. Ganham destaque “os posicionamentos do parlamentar quanto à defesa da propriedade privada e suas reações às tentativas de desapropriação por interesse social, pautadas na deformação conceitual de reforma agrária”.⁴⁹ A retórica desenvolvida pelo parlamentar estruturava-se nos seguintes princípios:

Reproduzindo o posicionamento dos setores conservadores, a “reforma agrária” defendida por Último de Carvalho deveria ser conduzida através de incentivos à modernização e do aumento da produtividade, principalmente através da qualificação da força de trabalho, sem alteração da estrutura de posse e propriedade da terra. Êxodo rural, falta de apoio do Estado e “demagogia agrária” (entendida como discurso proferido pelas correntes reformistas) eram fundamentos constantes na defesa da propriedade.⁵⁰

Reeleito deputado federal pelo PSD por mais dois mandatos (1958 e 1962), compôs as fileiras que fizeram oposição ao presidente João Goulart. Em ao menos duas oportunidades, Último de Carvalho revestiu-se como porta-voz das oligarquias fundiárias e de seus interesses político-econômicos. Em 6 de setembro de 1963, realizou a leitura da “Carta de Montes Claros: das classes produtoras da região de Montes Claros, às autoridades e ao povo”, na qual frações da elite fundiária mineira lamentavam as “agitações” que cercavam os debates sobre a reforma agrária, que seriam incentivadas pela “complacência e incentivo” das autoridades constituídas. Os ruralistas, na defensiva, repeliam “a unilateral formação de culpa com que querem condenar uma das classes mais dedicadas ao desenvolvimento nacional” (ou seja, os próprios ruralistas), e conclamavam a classe oligárquica a não “silenciar-se no momento em que se pretende burlar a Constituição e a confiança no sufrágio popular, com o propósito declarado de ferir a propriedade privada”.⁵¹

Em 17 de fevereiro de 1964, Último de Carvalho recitou parte do “Manifesto dos ruralistas do Vale do Rio Doce”, cuja 5ª pauta (de um total de 11) recebeu especial apreciação do deputado, o qual afirmou apoiar as posições e os interesses ali expressos:

[...] a classe ruralista tomou a única posição que lhe resta: a de defender, custe o que custar, não importam os sacrifícios e agruras, o sagrado e inalienável direito de propriedade, garantido pela vigente Constituição Federal, guardião dos direitos de todos os brasileiros: os ruralistas não iniciarão qualquer resistência ou melhor violência, mas reagirão a ela de todas as formas e para isso estão preparados: não é desejo de nenhum dos ruralistas a luta fratricida que sacrificará brasileiros que estão sendo ludibriados na sua boa-fé, incitados à desordem por comunistas notórios, únicos

⁴⁹ MAGALHÃES, Wallace Lucas. Reforma agrária se faz com homens, não com a terra: a “lei do boi” e a qualificação da força de trabalho. *Veredas da História*, v. 8, n. 1, p. 106, 2015.

⁵⁰ *Idem*, p. 106.

⁵¹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 6 de setembro de 1963, p. 183.

responsáveis que, no momento próprio, serão severamente chamados à responsabilidade pela obra de desagregação da nacionalidade.⁵²

O que anteriormente se configurava como um apelo defensivo transformou-se, após poucos meses, em postura ofensiva a favor do “sagrado” direito de propriedade, entusiasticamente defendido por Último de Carvalho e pelas classes oligárquicas agrárias, tão bem representadas pelo parlamentar.

Após a deflagração do golpe civil-militar, Último de Carvalho declamou, em 8 de abril de 1964, o “Manifesto da mulher democrata ao Congresso Nacional”, elaborado pela Legião Nacional da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, supostamente assinado por mais de “mil senhoras de nossa Pátria”. O documento defendia “a revolução que se operou no país para evitar que o Governo deposto destruísse as instituições democráticas para instalar a ditadura comuno-sindical”, e exigia o “expurgo dos elementos comunistas que se infiltraram na Administração Pública, com a correlata punição dos mesmos [...] e a aplicação imediata dos dispositivos da lei de Segurança Nacional”.⁵³ Com a instauração do bipartidarismo no país, em 1965, Último de Carvalho filiou-se à ARENA, de orientação governista, legenda pela qual se reelegeu em 1966.⁵⁴

Abel Rafael Pinto nasceu na cidade de Paraíba do Sul (RJ), em 1914, embora tenha se radicado em Juiz de Fora (MG), onde atuou como comerciário, contabilista e professor da Faculdade de Ciências Econômicas. Ex-militante da AIB (Ação Integralista Brasileira), conseguiu eleger-se vereador pelo município e formar-se em Economia, entre os anos de 1947 e 1948. Em 1955, ocupou cargos diretivos na Divisão de Receita e Despesa e também na Divisão de Administração, vinculados à prefeitura de Juiz de Fora.

Entre 1958 e 1959, conseguiu eleger-se deputado federal por Minas Gerais, pela legenda do PRP (Partido de Representação Popular), e bacharelar-se em Direito pela Faculdade de Direito de Juiz de Fora. Em 1961, assumiu, por um breve período, a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais – porém, por conta de desavenças com o governador Magalhães Pinto, foi exonerado do cargo. Em 1962, conseguiu reeleger-se deputado federal, dessa vez pelo PSD – embora tenha regressado às fileiras do PRP, tornando-se vice-líder da bancada entre 1962 e 1965. Durante seu mandato, compôs os quadros que articularam a oposição ao governo de João Goulart.

⁵² BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 17 de fevereiro de 1964, p. 332-333.

⁵³ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 8 de abril de 1964, p. 327-328.

⁵⁴ FGV/CPDOC. *CARVALHO, Último de*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carvalho-ultimo-de>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

O parlamentar escandalizava-se com a continuidade e a expansão das “agitações”, enxergando que “em toda parte, em nome do povo, se pregam reformas; em toda parte, em nome do povo, se vai, para, em seguida, haver o tumulto, a agitação, o crime, a inquietação”. Abel Rafael, mesmo alcunhado como “reacionário” e “obscurantista”, orgulhava-se de suas posições, contrapondo seus acusadores com a adoção de discursos fascistas de desafio e confrontação: “Graças a Deus somos reacionários, graças a Deus, nessas condições, somos obscurantistas, porque, quando invadem a nossa terra para pregar, dizendo que vai ser ‘na lei ou na marra’, nós temos o direito da opção e podemos escolher que seja na ‘marra’”.⁵⁵

A menção ao termo “na lei ou na marra” conferia uma clara postura de desafio às propostas de Francisco Julião, um dos principais líderes das Ligas Camponesas. As Ligas foram organizações criadas em Pernambuco, em meados dos anos 1950, que conseguiram projeção e expansão para outras regiões nordestinas, a partir das quais buscaram consolidação como movimento de abrangência nacional. Ao longo de sua trajetória, as Ligas implementaram “ações de força em suas táticas, ocupações de terras e enfrentamentos diretos com prepostos dos grandes proprietários”, e associaram suas demandas à busca por uma reforma agrária incondicional, “que se faria ‘na lei ou na marra’, isto é, com ou sem apoio legal, pela ação direta dos camponeses”.⁵⁶ Tal proposta foi publicamente defendida por Francisco Julião em 1961, em um discurso proferido durante o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, no qual o líder camponês bradava por uma “reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue”.⁵⁷

Tratando-se das dimensões conspiratórias mais práticas, os perrepistas desempenharam relevantes funções durante a articulação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, especialmente em São Paulo e Belo Horizonte, justamente as duas maiores passeatas contra Goulart realizadas antes do golpe civil-militar, sendo que na “articulação da marcha mineira participaram diretamente o deputado federal Abel Rafael e os deputados estaduais do PRP Aníbal Teixeira e Sebastião Navarro”.⁵⁸

⁵⁵ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 18 de março de 1964, p. 283.

⁵⁶ GRYSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 220.

⁵⁷ DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo João Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 71, p. 140, 2016.

⁵⁸ CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2010, p. 321.

Em 1965, após a extinção dos partidos políticos pelo AI-2, Abel Rafael filiou-se à ARENA, sigla pela qual conquistou uma suplência de deputado federal nas eleições de 1966. Afastado das atividades parlamentares após 1970, dedicou-se à advocacia e prestação de assessoria jurídica para órgãos governamentais, como o Ministério da Educação e Cultura, entre 1976 e 1979.⁵⁹

Considerações finais

Ao coadunar frações empresariais (compostas por intelectuais que deveriam possuir, conforme Antonio Gramsci, capacidades técnicas que permitissem a “organização de massas de homens” e também da “sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal”, na consolidação das “condições mais favoráveis à expansão da própria classe”⁶⁰), clericais (mesmo em seu perfil mais conservador, compreendido como um “tipo de estratificação social [que] deve ser sempre levado em conta quando se analisa a composição das classes possuidoras e dirigentes”⁶¹; composto por eclesiásticos intelectuais que foram “monopolizadores, por longo tempo, de alguns serviços essenciais [a ideologia religiosa, a escola e a instrução, e em geral a ‘teoria’, com referência à ciência, à filosofia, à moral, à justiça, etc., além da beneficência e da assistência etc.]”⁶²) e latifundiárias (historicamente beneficiadas pela “conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas [o latifúndio]”⁶³), o movimento municipalista investia na composição de um bloco no poder⁶⁴

⁵⁹ FGV/CPDOC. RAFAEL, Abel. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abel-rafael-pinto>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

⁶⁰ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 15.

⁶¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 187.

⁶² Q4, 49, 475 apud SEMERARO, Giovanni. Clero. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 127.

⁶³ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 32.

⁶⁴ O conceito poulantziano de bloco no poder sustenta que, “quanto ao terreno da dominação política, este encontra-se igualmente ocupado não por uma só classe ou fração de classe, mas por várias classes e frações de classe dominantes. Essas classes e frações constituem, nesse terreno, uma aliança específica, o bloco no poder, funcionando em regra geral sob a direção de uma das classes ou frações dominantes, a classe ou fração hegemônica. Essa classe ou fração, que pode aliás não se identificar com aquela que detém a preponderância na dominação econômica, é também variável segundo as etapas: pode ser a burguesia industrial, a burguesia comercial ou a burguesia bancária. Isso depende das voltas e das etapas concretas da luta das classes”. In: POULANTZAS, Nicos. op. cit., p. 99.

simultaneamente atravessado pela heterogeneidade político-econômica de seus membros e pela homogeneidade conservadora de frações das classes dominantes regionais e nacionais.

O supracitado arranjo de forças permitiu ao movimento político municipalista fracionar-se em segmentos articulados, economicamente, tanto aos interesses industriais quanto às demandas agrícolas, entranhando-se no aparelho estatal e utilizando-o em benefício de um conjunto de pautas municipalistas, as quais resultavam na defesa e continuidade dos interesses e privilégios burgueses (combate ao reformismo radical, difusão do anticomunismo, perpetuação do clientelismo, estigmatização das lutas proletárias e camponesas, etc.).

Tais demandas ganharam contornos mais latentes por conta das relações intrínsecas estabelecidas entre o movimento municipalista e o complexo conspiratório do IPES/IBAD no início dos anos 1960, por meio das quais vultosos auxílios e patrocínios foram mediados pela ALEF e pela ADP aos candidatos que compunham o grupo parlamentar municipalista. Na conjuntura em questão, as congruências entre municipalismo e anticomunismo tornaram-se ainda mais impetuosas, e as posições classistas favoráveis à desestabilização do governo janguista ampliaram-se tenazmente.

Referências bibliográficas e fontes

ABREU, Luciano Aronne de. A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar. *Estados americanos: trajetórias em dois séculos*. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2012.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. 18 de abril de 1963a.

_____. *Anais da Câmara dos Deputados*. 6 de setembro de 1963b.

_____. *Anais da Câmara dos Deputados*. 23 de março de 1964a.

_____. *Anais da Câmara dos Deputados*. 17 de fevereiro de 1964b.

_____. *Anais da Câmara dos Deputados*. 8 de abril de 1964c.

_____. *Anais da Câmara dos Deputados*. 18 de março de 1964d.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945- 1965)*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2010.

CARNEIRO, Glauco. *Cunha Bueno: história de um político*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

D'ARAÚJO, Pedro Júlio Sales. *A regressividade da matriz tributária brasileira: debatendo a tributação a partir de nossa realidade econômica, política e social*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília (UNB), 2015.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo João Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 71, p. 131-154, 2016.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2012.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. Reforma agrária se faz com homens, não com a terra: a “lei do boi” e a qualificação da força de trabalho. *Veredas da História*, v. 8, n. 1, p. 102-120, 2015.

MARANHÃO, Jarbas. Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais. *Revista do Serviço Público*, v. 88, n. 3, 1960.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª ed. Florianópolis/SC: Insular, 2014.

MATSUMOTO, Carlos E. H.; FRANCHINI, Matias; MAUAD, Ana C. E. *Município, palco da vida: a história do municipalismo brasileiro*. Brasília: CNM, 2012.

MELO, Marcus André B. C. de. Municipalismo, *nation building* e a modernização do Estado no Brasil. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1998.

PIRES, Valdemir. Municipalismo no Brasil: origens, avanços pós-1988 e desafios atuais. *Cadernos Adenauer*, XVII, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1-2, 1948a.

_____. Rio de Janeiro, v.1, n. 3-4, 1948b.

_____. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, 1949.

SEMERARO, Giovanni. Clero. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1975.

Recebido: 12 de janeiro de 2021

Aprovado: 26 de junho de 2021